

Coluna do Castello

Desafogo geral com a decisão



Há uma certa sensação de desafogo no país com a eliminação de uma questão que dividia os políticos mas que foi resolvida em consonância com a expectativa da larga maioria da opinião nacional. Não mais se discute a duração do mandato do presidente e esse fato alivia tensões que envolviam o próprio presidente José Sarney e dramatizavam sua vida pública e sua presença no cenário político. O chefe do governo pode, a partir de agora, aplicar-se a realizar como entende que deva fazê-lo seu governo, decidindo assumir responsabilidades como a negociação da dívida externa com o FMI, pela qual tendia seu ministro da Fazenda, contido, embora, por sua fidelidade ao PMDB. Todo o governo está livre dessa e de outras fidelidades que não sejam as de administrar consultando apenas o presidente da República.

O sr. Sarney aparentemente não pretende demitir ministros de qualquer partido ou sem partido, como alguns embutidos na legenda do PMDB. Mas ficar ou sair passou a ser, para uns, questão de consciência e para outros adequação à nova proposta de governo. O que vier por aí em matéria constitucional, embora importe ao futuro da nação brasileira, já não gera tensões na atualidade, pois a política brasileira está afeiçoada a fixar-se em questões emergenciais e em equações de natureza pessoal. Sob esse ponto de vista o problema está resolvido. O mandato de Sarney envolvia uma disputa de poder, que foi transferida.

Se o plenário da Constituinte retroceder ao presidencialismo, como parece natural que aconteça em função da própria redução do mandato presidencial com a qual, conforme previu o senador Afonso Arinos, se afundou o sonho parlamentarista, isso não gerará problemas, que, no entanto, renasceriam se imposto o já agora precipitado parlamentarismo como cenário de uma eleição direta que não passaria de uma espoliação do compromisso dos antigos palanqueiros com a opinião pública.

As críticas que se avolumam contra o projeto do sr. Bernardo Cabral dizem respeito mais a questões sociais e econômicas e será sobre elas que recairá o peso do chamado *Centrão*, uma concentração de políticos centro-direitistas que parece, tanto quanto o grupo parlamentarista, carente de uma estratégia de luta. Obtido o direito de emenda, dificilmente haverá composições maciças em torno de assuntos vitais a não ser para corrigir erros clamorosos da Comissão de Sistematização que passaram de contrabando por um projeto cuidadosamente conduzido pelos políticos de centro-esquerda da Constituinte.

A esta altura não há dúvida de que uma minoria política e intelectualmente mais bem dotada conduziu a Constituinte e influiu poderosamente na elaboração do anteprojeto que dificilmente deixará de se transformar na linha mestra da futura Constituição. A centro-direita foi mediocrementemente conduzido ao longo de um processo técnica e substancialmente dominado por uma determinação política mais firme e coordenada. Intelectuais como os ex-ministros Roberto Campos e Delfim Neto tiveram sua atuação condicionada à exiguidade da formação partidária na qual se integram e pela vocação suicida das lideranças que emergiram do Palácio do Planalto aparentemente expressivas na vontade do presidente.

As figuras que se destacam na elaboração da Constituição, e que até aqui lhe definem o perfil, chamam-se Ulysses Guimarães, Afonso Arinos, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, José Serra, Euclides Scalco, Nelson Jobim, Severo Gomes, Fernando Santana e poucos mais, os quais, nem sempre afinados nas mesmas posições tópicas, se entenderam no lineamento geral da nova carta. Da cabeça deles nasceu até aqui o perfil da Constituição.

O segundo tempo

Ao iniciar o segundo tempo do seu governo, o presidente José Sarney, por intermédio do ministro Ronaldo Costa Couto, desautoriza qualquer "fonte não identificada" que "revele" posições oficiais. As fontes devem ser explícitas e responsáveis. A esse respeito, assegura o ministro-chefe do Gabinete Civil que é infundada a notícia de que o presidente pretende demitir os ministros Renato Archer e Luiz Henrique. Não há estudos sequer neste momento sobre mudanças no ministério.

Na mesma linha, informa também a mesma fonte que o presidente pretende nomear o novo superintendente da Sudene, mas não se fixou em qualquer nome. Ele não admite nem patrocina retaliações, mas põe como preliminar da cooperação com seu governo a reciprocidade de confiança. O presidente governará com os políticos mas liberto de compromissos partidários.

Continua o sr. José Sarney interessado nos trabalhos da Constituinte mas tudo o que tinha a manifestar, como colaboração, já o fez. Não pretende interferir nos seus trabalhos, embora mantendo suas convicções sem questionar as dos constituintes. Sua intenção de fazer um segundo tempo de governo voltado para realizações administrativas corresponde ao desejo da população e à manifestação dos governadores.

O presidente foi ontem ao norte de Goiás a Goiânia, onde o recebeu o jovem José Sarney Neto, numa demonstração de apoio às vítimas do acidente nuclear local.

Carlos Castello Branco